

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO - IPTI

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Associados do
Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI
Santa Luzia do Itanhi - SE

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo à descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Falta de análise de recuperabilidade do imobilizado - impairment

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Associação apresenta, em 31 de dezembro de 2017, saldo de ativo imobilizado no montante de R\$ 154.518. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Associação deveria elaborar estudos para comprovar a recuperabilidade dos valores dos bens de seu ativo imobilizado através de suas atividades ou comprovar que os valores registrados estão abaixo dos valores de mercado, estudo esse que não foi elaborado. A Associação também não revisou a vida útil econômica e o valor residual dos bens registrados em seu ativo imobilizado. Nas circunstâncias mencionadas, não foi possível aplicar procedimentos de auditoria alternativos que permitissem concluir sobre a adequação destes valores nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

Comparabilidade das demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 e 2016 - Imobilizado

A Associação ajustou, no decorrer do exercício de 2016, o saldo da depreciação para todos os itens do ativo imobilizado, já que nos anos de 2013 e 2015 a depreciação não foi calculada e registrada. Desta forma, a comparabilidade do saldo de depreciação nas demonstrações do resultado nos exercícios de 2017 e de 2016 está comprometida nesse aspecto.

Comparabilidade das demonstrações contábeis dos exercícios de 2017 e 2016 - Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros estabelece, em seu parágrafo 19, que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2017, a Associação mensurou o montante de R\$ 135.918 relativo ao trabalho voluntário. Em 31 de dezembro de 2016, a Associação não mensurou e reconheceu a valor justo a prestação do serviço voluntário. Desta forma, a comparabilidade do saldo de serviços voluntários nas demonstrações do resultado nos exercícios de 2017 e de 2016 está comprometida nesse aspecto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

O Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação - IPTI tem suas atividades financiadas por recursos provenientes de doações feitas por pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais. A continuidade de suas operações está vinculada ao recebimento de novas doações. As demonstrações não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação - IPTI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas que emitimos relatório de auditoria em 30 de agosto de 2017 com ressalvas decorrentes dos seguintes assuntos: (a) registro de depreciação de anos anteriores no exercício de 2016; (b) não elaboração de estudos para comprovar a recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado e (c) ausência de documentação suporte relativa a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 16 de julho de 2018.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8 - S - SE


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - SE


Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC BA 025458/O-0 - S - SE

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	130.447	342.433	Fornecedores		9.600	1.050
Impostos a recuperar		428	427	Empréstimos e financiamentos	6	359.316	246.320
Adiantamento a fornecedores		230	531	Obrigações trabalhistas		2.904	19.343
Despesas antecipadas		6.574	12.653	Obrigações tributárias		204	325
		<u>137.679</u>	<u>356.044</u>	Recursos de projetos e convênios	7	86.276	329.655
						<u>458.300</u>	<u>596.693</u>
Não circulante				Não circulante			
Despesas antecipadas		6.027	2.109	Empréstimos e financiamentos	6	29.295	7.157
Imobilizado	5	154.518	164.337			<u>29.295</u>	<u>7.157</u>
		<u>160.545</u>	<u>166.446</u>	Passivo a descoberto	8		
				Patrimônio social		2.766	2.766
				Prejuízo acumulado		(192.137)	(84.126)
						<u>(189.371)</u>	<u>(81.360)</u>
Total do ativo		<u>298.224</u>	<u>522.490</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>298.224</u>	<u>522.490</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas			
Prestação de serviços	9	208.862	238.835
Doações	10	290.926	233.055
Taxa de administração de projetos	11	153.329	67.500
Serviço voluntário	12	135.918	50.618
Convênios	13	-	67.926
Receita Bruta		<u>789.035</u>	<u>657.934</u>
Impostos s/ venda de Serviços (-)		(6.271)	(7.168)
Superavit Bruto		<u>782.764</u>	<u>650.766</u>
(+/-) Despesas operacionais			
Administrativas	14	(631.888)	(583.487)
Serviço voluntário	12	(135.918)	(50.618)
Projetos	15	(68.447)	(100.794)
Pessoal		(11.663)	(76.711)
Tributárias		(7.093)	(3.931)
Outras receitas		17.580	-
		<u>(837.429)</u>	<u>(815.541)</u>
(=) Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(54.665)</u>	<u>(164.775)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(53.347)</u>	<u>(20.519)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(108.012)</u></u>	<u><u>(185.294)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	<u>(108.012)</u>	<u>(185.294)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
(=) Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(108.012)</u></u>	<u><u>(185.294)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto (Em Reais)

	Patrimônio Social	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.766	101.169	103.935
Prejuízo do exercício	-	(185.294)	(185.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.766	(84.125)	(81.359)
Prejuízo do exercício	-	(108.012)	(108.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.766	(192.137)	(189.371)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(108.012)	(185.294)
Depreciação	21.931	150.903
Resultado na baixa de imobilizado	(17.580)	365
Juros sobre empréstimos	42.906	-
(=) Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	(60.755)	(34.026)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Impostos a recuperar	(1)	(232)
Adiantamento de fornecedores	302	57.662
Despesas antecipadas	2.160	(14.762)
Outras contas a pagar	8.549	(193.119)
Obrigações trabalhistas	(16.438)	15.802
Obrigações tributárias	(120)	(3.122)
Recursos de projetos e convênios	(243.381)	(3.268.163)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(309.684)	(3.439.960)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(72.532)	(91.219)
Venda de imobilizado	78.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	5.468	(91.219)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	573.912	253.477
Pagamento de empréstimos	(481.682)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	92.230	253.477
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(211.986)	(3.277.702)
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício	342.433	3.620.135
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	130.447	342.433
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(211.986)	(3.277.702)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de "Associação" com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da Associação são educação, saúde e economia criativas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram, além de, especificamente no caso da Associação, a NBC ITG - 2002 - Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação nas operações de ativo, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários e trabalhistas e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas dos balanços. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A autorização para a conclusão dessas demonstrações contábeis ocorreu em reunião de Diretoria realizada em 16 de julho de 2018.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

(d) Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

(e) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Embarcações e caiaques	5
Aparelhos de comunicação	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

(f) Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(g) Provisões para risco tributários, cíveis e trabalhista

Reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Associação.

(h) Ativos financeiros e passivos financeiros

A Associação possui instrumentos financeiros não-derivativos como caixa e equivalentes de caixa.

Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo através do superávit e déficit quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do superávit e déficit quando adquiridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

(i) Apuração do resultado - receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	500	500
Banco conta movimento	68.634	69.251
Aplicações Financeiras	61.313	272.682
	<u>130.447</u>	<u>342.433</u>

As aplicações de liquidez imediata referem-se a cotas de fundos de investimento e certificados de depósito bancário (CDB DI), destinados substancialmente aos projetos.

5. Imobilizado

	Taxa de depreciação	2017		2016	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis, Utensílios e Instalações	10% a.a.	85.730	(64.327)	21.403	26.421
Veículos	20% a.a.	60.696	(281)	60.415	70.727
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	46.042	(32.899)	13.143	17.486
Instalações	10% a.a.	2.870	(841)	2.029	-
Embarcações e Caiaques	20% a.a.	7.950	(7.950)	-	-
Equipamentos de Informática	20% a.a.	144.411	(131.883)	12.528	4.703
Imóveis e Edificações - Terreno		45.000	-	45.000	45.000
		<u>392.699</u>	<u>(238.181)</u>	<u>154.518</u>	<u>164.337</u>

Movimentação do imobilizado - 2017

	2016		2017		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis, utensílios e instalações	85.730	-	-	-	85.730
Veículos	139.262	60.696	(139.262)	-	60.696
Máquinas e equipamentos	46.042	-	-	-	46.042
Instalações	820	2.050	-	-	2.870
Embarcações e caiaques	7.950	-	-	-	7.950
Equipamentos de informática	134.625	9.786	-	-	144.411
Imóveis e edificações - terreno	45.000	-	-	-	45.000
Total custo	<u>459.429</u>	<u>72.532</u>	<u>(139.262)</u>	<u>-</u>	<u>392.699</u>
(-) Total depreciação	(295.092)	(21.931)	78.842	-	(238.181)
	<u>164.337</u>	<u>50.601</u>	<u>(60.420)</u>	<u>-</u>	<u>154.518</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

Movimentação do imobilizado - 2016

	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Móveis, utensílios e instalações	85.730	-	-	-	85.730
Veículos	50.912	88.350	-	-	139.262
Máquinas e equipamentos	46.042	-	-	-	46.042
Instalações	820	-	-	-	820
Embarcações e caiaques	7.950	-	-	-	7.950
Aparelhos de comunicação	365	-	(365)	-	-
Equipamentos de informática	131.756	2.869	-	-	134.625
Imóveis e edificações - terreno	45.000	-	-	-	45.000
Total Custo	368.575	91.219	(365)	-	459.429
(-) Total depreciação	(144.189)	(150.903)	-	-	(295.092)
	224.386	(59.684)	(365)	-	164.337

6. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos com terceiros (a)	225.052	145.000
Recursos de projetos	102.307	54.797
Arrendamento a pagar	61.254	53.680
	388.613	253.477
Circulante	359.316	246.320
Não circulante	29.295	7.157

(a) Empréstimos com terceiros

Descrição	Vencimento	Juros	31/12/2017	31/12/2016
Edson Hiroshi	31/03/2018	1% a.m.	153.189	120.000
Emanuel Carril	31/03/2018	1% a.m.	41.260	25.000
Elma Neide V. M. Carrilho	31/03/2018	1% a.m.	30.603	-
			225.052	145.000

7. Recursos de projetos e convênios

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	31/12/2017	31/12/2016
Poder público		
Contrato de Gestão Sedetec 01/2016	60.944	-
Projeto Seed - 75	1.108	308.819
Projeto Seed - 34	-	777
	62.052	309.596

INSTITUTO DE PESQUISA EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Organizações privadas		
ACTDH	22.730	-
Baião	1.492	-
Bovespa	-	1.676
Oi Futuro	-	2.894
MTUR	-	10.640
SYNAPSE Itaú - 3ª série	-	4.849
	<u>24.222</u>	<u>20.059</u>
	<u>86.274</u>	<u>329.655</u>

8. Patrimônio líquido (passivo à descoberto)

a) Patrimônio social

O Patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

A Associação registrou um déficit em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 108.012 (R\$ 185.294 em 2016).

9. Prestação de serviços

	31/12/2017	31/12/2016
IDES	102.925	-
Prodetur	105.937	-
Sedetec	-	-
MCTI	-	233.835
Demais Valores	-	5.000
	<u>208.862</u>	<u>238.835</u>

10. Doações

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do exterior	162.590	161.350
Instituto Banese	127.286	24.000
Edson Hiroshi Matsubayashi	-	30.000
Demais Valores	1.050	17.705
	<u>290.926</u>	<u>233.055</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

11. Taxa de administração de projetos

	31/12/2017	31/12/2016
Seed 075/2015	66.700	-
Projeto PLOC	51.790	-
Projeto ACTDH	19.400	-
Contrato de Gestão	15.439	-
Projeto Synapse	-	52.500
Telefônica Cloc - 3º Fase	-	15.000
	<u>153.329</u>	<u>67.500</u>

12. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviço voluntário (receita) e administrativa (despesa) e não altera o déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

Cargos	31/12/2017	31/12/2016
Articulação internacional	39.978	-
Diretor Presidente	30.275	29.672
Construção pedagógica dos kits de robótica	21.000	-
Diretor Científico	14.546	10.473
Articulação	12.220	-
Diretor Administrativo	10.899	10.473
Música	4.000	-
Sistema de Informações	1.000	-
Ciência da Computação	1.000	-
Audiovisual	1.000	-
	<u>135.918</u>	<u>50.618</u>

13. Convênios

	31/12/2017	31/12/2016
Brazil Foundation	-	13.000
Projeto Sebrae	-	54.926
	<u>-</u>	<u>67.926</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

14. Despesas administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Articulação	275.010	70.972
Serviços Pessoas Jurídicas	69.208	116.090
Viagens e Representações	56.187	30.677
Divulgação e Publicidade	32.892	33.318
Coordenador geral	28.800	-
Depreciação	21.931	150.903
Passagens	19.770	-
Especialista em TS	14.400	-
Combustíveis e Lubrificantes	13.592	18.692
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	10.800	60.621
Aluguel	5.850	6.950
Manutenção	4.921	20.941
Telefone, Internet e Telefax	4.622	5.904
Despesas com alimentação	1.018	23.588
Outras Despesas	72.887	44.831
	<u>631.888</u>	<u>583.487</u>

15. Projetos

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros pessoa física	31.940	12.740
Alimentação e transporte	13.600	-
Serviços de terceiros pessoa jurídica	9.000	-
Glosas - Sedetec	-	43.154
Coordenador técnico	-	34.759
Repasses	-	10.000
Outras despesas	21.164	8.999
(-) Despesas recuperadas	(7.257)	(8.858)
	<u>68.447</u>	<u>100.794</u>

16. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e bancos e aplicações financeiras) estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas. Durante o exercício, a Associação não realizou operações com derivativos financeiros.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração.

17. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas a incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

18. Eventos subsequentes

A Associação avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2017 para fins de divulgação de eventos subsequentes e não encontrou eventos significativos a serem divulgados.